

**AS ACCÇÕES DE PREVENÇÃO DO ABUSO DE DROGAS EM
PORTUGAL: APRECIÇÃO CRÍTICA E PERSPECTIVAS
PARA O FUTURO**

Jorge Negreiros
Universidade do Porto

Introdução

As intervenções preventivas na área das drogas caracterizam-se, quer a nível nacional quer a nível internacional, pela extrema diversidade de modalidades, recursos, métodos e técnicas de intervenção. Representam, além disso, um domínio marcado, historicamente, por uma sucessão de tentativas mais ou menos fracassadas de controlar o fenómeno do uso/abuso de drogas.

Entre as diversas razões que poderão explicar os insucessos das abordagens de prevenção na área das drogas, emerge a adopção de modelos de intervenção teoricamente pouco elaborados ou mesmo a-téóricos, a fraca intensidade das intervenções preventivas, bem como o recurso a estratégias de intervenção que não tomam em consideração os factores que a literatura científica tem demonstrado que estão associados à iniciação ao uso de drogas.

Actualmente, o domínio da prevenção do abuso de drogas parece, no entanto, viver uma situação algo paradoxal. Se é certo que se multiplicam as iniciativas e projectos que se reclamam da prevenção do abuso de drogas não é menos verdade que, especialmente nos meios científicos, são recorrentes as posições críticas em relação à eficácia dessas intervenções.

A controvérsia e as dúvidas que percorrem a literatura científica sobre prevenção do abuso de drogas, contrasta, muitas vezes, com a crença, mais ou menos ingénua, de que as intervenções preventivas poderão constituir a "solução" para o problema da toxicodependência.

Embora as intervenções preventivas tenham conduzido a resultados inconsistentes no que se refere à capacidade de modificar o abuso de drogas ou outros comportamentos desviantes, um manancial de conhecimentos, originários da investigação teórica e empírica, sobre a prevenção do abuso de drogas foi sendo acumulado ao longo das últimas décadas, factor que veio permitir identificar algumas abordagens mais promissoras nesta área.

O domínio da prevenção do abuso de drogas tem, assim, registado avanços significativos, quer a nível da adopção de quadros conceptuais e teóricos mais elaborados quer ao nível da qualidade das metodologias de investigação, testes, medidas e procedimentos de análise dos dados utilizados na avaliação dos programas preventivos.

A planificação, desenvolvimento e avaliação de projectos de prevenção do abuso de drogas exige, deste modo, uma adequada formação em diferentes sub-domínios das ciências sociais e humanas. A ineficácia das estratégias preventivas, poderá, antes de mais, relacionar-se com uma deficiente preparação técnica e científica dos seus principais agentes. Tais deficiências poderão incluir aspectos relacionados com a concepção, implementação e avaliação do(s) projecto(s) preventivo(s).

Um aspecto crucial no desenvolvimento de uma política de prevenção nesta área consiste, deste modo, em proporcionar uma adequada formação aos diversos agentes reponsáveis pela concepção e aplicação de programas preventivos.

Apreciação crítica das acções em curso

Na última década, assistiu-se, no nosso país, a uma proliferação de intervenções preventivas na área das drogas. Tais iniciativas têm sido desenvolvidas por diversos organismos públicos e privados, com destaque, neste último caso, para as acções realizadas por diferentes Organizações Privadas de Solidariedade Social (ONG'S).

Se é certo que estas iniciativas parecem traduzir um esforço para fazer face a um problema cujas consequências, para o indivíduo e para a sociedade, atingem proporções cada vez mais preocupantes, o elevado número de iniciativas nesta área não esconde, no entanto, algumas fragilidades nos projectos desenvolvidos.

Sem a pretensão de uma análise exaustiva, enunciam-se, dum modo esquemático, lacunas ou características menos positivas associadas a algumas dessas iniciativas. Assim, em diversas acções levadas a cabo nesta área, no nosso país, verifica-se:

- a. uma predominância das chamadas intervenções "inespecíficas", as quais, pelo seu carácter vago e impreciso, prestam-se ao

- desenvolvimento de uma multiplicidade virtualmente infinita de iniciativas, mas onde está ausente qualquer suporte científico para a sua elaboração e aplicação;
- b. recurso a acções pontuais, frequentemente em meio escolar, centradas no fornecimento de informações acerca das drogas e dos seus efeitos ou de acções geradoras de medo (e.g., slides de indivíduos toxicodependentes que evidenciam os efeitos da deterioração física decorrente do abuso de drogas);
- c. ausência, quase generalizada, de procedimentos de avaliação dos efeitos das intervenções preventivas. Quando são utilizados, tais procedimentos resumem-se, frequentemente, a uma avaliação do grau de satisfação dos participantes em relação às actividades preventivas;
- d. ausência de uma coordenação e articulação das acções em curso, daí resultando, muitas vezes, uma duplicação desnecessária de esforços nesta área;
- e. deficiências notórias ao nível da formação dos técnicos envolvidos na execução de projectos preventivos;
- f. escassez de materiais de prevenção adaptados à realidade socio-cultural portuguesa;
- g. deficiente utilização das potencialidades do sistema educativo no sentido de incluir conteúdos e estratégias orientadas para a prevenção do abuso de drogas.

Princípios para o desenvolvimento de actividades de prevenção do abuso de drogas

No espaço Europeu, têm-se multiplicado, nos últimos anos, as acções visando a prevenção do abuso de drogas. Os resultados de um estudo efectuado em 1994, no âmbito do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, (Negreiros, 1994), mostra, no entanto, que as iniciativas nesta área se caracterizam, globalmente, por uma enorme diversidade. Tal diversidade exprime-se, por exemplo, ao nível dos objectivos dos projectos preventivos, do tipo e natureza das estratégias utilizadas, dos alvos das intervenções (e.g., grupos, instituições...), dos agentes de implementação, dos procedimentos de avaliação adoptados, etc.

Embora esta diversidade de projectos de intervenção faça precluir qualquer tentativa de identificação e sistematização do que poderiam ser considerados exemplos de "boas práticas" neste domínio, é, no entanto, possível, delinear alguns princípios gerais, baseados nos resultados da investigação na área das drogas e da sua prevenção.

A observância destes princípios não garante, como é óbvio, a eficácia das acções preventivas a realizar nesta área. Poderá, no entanto, contribuir para abandonar certas práticas, comprovadamente ineficazes, (e.g., o recurso a estratégias baseadas no fornecimento de informações sobre drogas, ou de táticas geradoras de medo), estimulando, simultaneamente, o desenvolvimento de abordagens mais promissoras.

Por razões de clareza de exposição e também de economia de espaço, esses princípios serão esquematicamente enunciados, evoluindo dos mais gerais para os mais específicos.

Princípios gerais

Considerando os princípios de âmbito mais geral, diríamos que eles se organizam em torno de três vectores essenciais: (a) questões teóricas e conceptuais; (b) finalidades e objectivos; (c) questões de avaliação dos programas de prevenção.

Questões teóricas e conceptuais

Qualquer abordagem preventiva deveria repousar sobre pressupostos teóricos, mais ou menos complexos ou explícitos, acerca dos factores que determinam a iniciação ao uso de drogas ou a sua manutenção. Na sua expressão mais simples, os programas de prevenção poderão ter como suporte teórico a mera relação entre uma determinada variável e o consumo (ou não) de drogas.

Um dos problemas com que se confronta o técnico que pretenda elaborar um programa de prevenção, resulta, frequentemente, da multiplicidade de teorias sobre o uso de drogas que diferentes investigadores foram desenvolvendo ao longo das últimas décadas. Lettieri e colaboradores (1984), por exemplo, analisaram 43 dessas teorias. Paralelamente, a investigação nesta área conduziu à identificação de um conjunto de preditores do uso de drogas os quais raramente aparecem articulados num quadro teórico coerente.

Deste modo, uma das primeiras tarefas associada à elaboração de uma intervenção preventiva nesta área poderá implicar a selecção de um conjunto de variáveis que conceptualizem os principais factores de iniciação ao uso de drogas. Muitas das acções de prevenção na área das drogas realizadas em Portugal têm, sistematicamente, descurado este aspecto essencial do desenvolvimento de programas.

A importância de a intervenção estar baseada num quadro teórico definido justifica-se a dois níveis distintos. Por um lado, a teoria é útil orientar o desenvolvimento do programa; por outro lado,

a teoria desempenha um papel não negligenciável na avaliação da intervenção.

A relevância das teorias sobre o uso de drogas para o desenvolvimento de programas de prevenção está bem patente quando se procura desenvolver as diferentes componentes de um programa de prevenção. A selecção das componentes do programa decorre da teoria ou teorias que foram consideradas mais adequadas tendo em vista a descrição do fenómeno do uso de drogas. Como é óbvio, a integração de múltiplas teorias sobre o consumo de drogas tornarão mais provável o obtenção de resultados positivos associados à aplicação de uma intervenção preventiva.

Uma outra função essencial da teoria relaciona-se com a própria avaliação do programa preventivo. Todos os efeitos de uma intervenção preventiva são alcançados mediante um conjunto de processos a curto prazo que envolvem o que tem sido designado por "variáveis intervenientes" ou "constructos intermédios" (MacKinnon, 1994). Cada componente de um programa procura, assim, influenciar uma ou mais variáveis intervenientes. A teoria permite especificar essas ligações e medir as variáveis adequadas.

Finalidades e objectivos das estratégias de prevenção

Uma clara definição das finalidades das intervenções preventivas representa um aspecto central para a elaboração e avaliação das estratégias de prevenção do abuso de drogas, raramente observado nas intervenções preventivas desenvolvidas nesta área.

Frequentemente, em resultado de pressões políticas para "fazer alguma coisa em relação ao abuso de drogas" elaboram-se programas sem que se proceda, previamente, a uma definição das suas finalidades, contribuindo, deste modo, para que se desenvolvam noções imprecisas acerca daquilo que se espera que um determinado programa preventivo venha a atingir.

Em última análise, a definição das finalidades dos programas de prevenção do abuso de drogas poderá ser efectuada tomando em consideração os diferentes níveis de vulnerabilidade dos indivíduos em relação ao uso/abuso de drogas.

Embora os resultados da investigação neste domínio se caracterizem por alguma dispersão e mesmo inconsistência, diversas revisões da literatura tem permitido isolar um conjunto de variáveis que permitem identificar as crianças ou adolescentes que se encontram em maior risco de desenvolver problemas relacionados com o uso de drogas. No âmbito dos factores individuais de risco figuram, por exemplo, o insucesso escolar, comportamentos anti-sociais com

manifestações precoces, uma experimentação de drogas numa idade precoce, uma baixa auto-estima, etc.

Se os indivíduos diferem na sua vulnerabilidade em relação às drogas, poderá admitir-se que as intervenções preventivas possam igualmente diferir no nível de intensidade no sentido de atingir uma determinada finalidade relacionada com um programa de prevenção.

Um sistema de classificação das intervenções preventivas que se pode revelar útil para a definição das finalidades dos programas preventivos é o que considera três tipos de intensidade associados às estratégias de prevenção: (a) estratégias universais; (b) estratégias selectivas e; (c) estratégias indicadas (Institute of Medicine, 1994).

Isto significa que as intervenções preventivas teriam vantagem em ser elaboradas em função do tipo de população a que se dirigem. Populações com uma maior vulnerabilidade ao uso de drogas, em resultado de factores internos ou externos, poderiam, assim, beneficiar de um tipo de intervenção mais intensa e adequada ao nível de risco de consumo de drogas que apresentam. Contrariamente, populações com um baixo nível de risco, poderiam ser alvo de intervenções universais, menos intensas e focalizadas, predominantemente, na promoção do desenvolvimento psico-social do indivíduo.

Questões de avaliação

As intervenções preventivas têm conduzido a resultados inconsistentes no sentido de modificar padrões de consumo de drogas ou comportamentos relacionados com o abuso de drogas.

Numa análise superficial, dir-se-ia que a maioria das questões relacionadas com a eficácia da prevenção do abuso de drogas se prende com questões metodológicas. Ou seja, a impossibilidade de determinar com clareza os efeitos das intervenções preventivas poderia atribuir-se às diversas limitações de natureza metodológica que têm caracterizado as abordagens nesta área.

Ao adoptarmos esta perspectiva, a resposta à questão que consiste em saber se as intervenções preventivas são ou não eficazes ficaria condicionada ao desenvolvimento de métodos de investigação apropriados, na ausência dos quais qualquer juízo sobre a eficácia dos programas de prevenção do abuso de drogas reflectiria, meramente, uma posição ideológica, favorável ou desfavorável à prevenção.

Mesmo que fosse possível superar as insuficiências metodológicas que têm dificultado o estabelecimento de conclusões fiáveis sobre a eficácia das intervenções preventivas, seria necessário ultrapassar outros obstáculos não menos complexos. De facto, existem constrangimentos no "mundo real" que tornam virtualmente

impossível conciliar a necessidade de rigor científico com certas exigências de natureza social ou "política".

Em todo o caso, nos últimos anos, tem-se assistido a uma glorificação da avaliação, a qual é frequentemente descrita como o elemento-chave no processo de desenvolvimento de uma estratégia de prevenção do abuso de drogas. A importância atribuída à avaliação é, no entanto, plenamente justificada, já que é através da avaliação que se facilita a transmissão de experiências e resultados e se contribui, desse modo, para melhorar a qualidade das intervenções.

No entanto, a avaliação dos programas de prevenção, quando é efectuada, tem-se, centrado naquilo que na literatura metodológica se designa por "avaliação dos resultados" ou "avaliação sumativa". Trata-se de uma modalidade de avaliação que procura dar resposta a questões como: (a) os indivíduos que participaram na intervenção preventiva apresentam ou não taxas de consumo de drogas mais baixas no pós-teste comparativamente aos indivíduos que não participaram na intervenção?; (b) As atitudes em relação às drogas tornaram-se ou não mais negativas nos sujeitos que integraram o grupo experimental?; (c) as intenções de consumir drogas diminuíram ou não nos sujeitos do grupo experimental? Caso as mudanças não tenham ocorrido na direcção desejada ou as diferenças entre os que receberam a intervenção e os que não receberam não atinjam valores estatisticamente significativos, a tendência é para concluir que a intervenção fracassou.

Dever-se-á, no entanto, notar que a avaliação dos resultados representa, unicamente, uma parte do processo de avaliação. Assim, um outro nível de avaliação dos programas de prevenção, frequentemente descuido, refere-se à avaliação do processo, também designada "avaliação formativa".

Sucintamente, a avaliação do processo descreve, dum modo detalhado, as actividades do programa que foram planeadas e as actividades que foram realizadas no sentido de produzir as mudanças nas atitudes ou comportamentos relacionados com o uso de drogas.

A avaliação do processo é importante pela simples razão de que é inapropriado tirar conclusões acerca da eficácia do programa sem se examinar, antecipadamente, de que modo foi implementada a intervenção.

Frequentemente, a ânsia de mostrar que uma determinada intervenção produziu resultados positivos, faz esquecer esta questão fundamental da avaliação dos programas de prevenção do abuso de drogas.

Princípios de âmbito mais específico

Os princípios de âmbito mais específico serão organizados tomando como referência duas modalidades distintas de abordagens de prevenção: (a) os programas em meio escolar e; (b) os programas comunitários.

Programas em meio escolar

Os programas em meio escolar representam uma das modalidades de intervenção preventiva que mais tem beneficiado da investigação sobre prevenção do abuso de drogas. Eis alguns princípios gerais que poderiam ser observados neste domínio:

- a. inclusão de conteúdos e actividades orientadas para a prevenção do abuso de drogas, desde o ensino básico até ao final do ensino secundário;
- b. elaboração de materiais devidamente testados, incluindo planos detalhados das diversas sessões;
- c. inclusão de actividades centradas na promoção de competências de comunicação e competências sociais bem como outras competências culturalmente apropriadas, mediante o recurso a métodos interactivos (discussões, jogos de papéis, etc.);
- d. facilitação da ligação social da criança e do adolescente à escola e à comunidade;
- e. realização de avaliações periódicas no sentido de determinar a eficácia das intervenções.

Programas comunitários

Os programas comunitários de prevenção do abuso de drogas representam uma modalidade de intervenção nesta área das mais promissoras. Isso deve-se ao facto de, neste tipo de abordagem, os esforços estarem orientados para uma integração de diferentes componentes de intervenção, envolvendo a família, escola, comunidade e meios de comunicação social. As abordagens comunitárias revestem-se, assim, de um âmbito mais alargado, procurando, nomeadamente, alterar condições e factores do meio ambiente responsáveis pela iniciação do indivíduo ao consumo de drogas.

Seguem-se alguns princípios gerais que poderiam ser observados neste domínio:

- a. as intervenções deveriam ser elaboradas no sentido de responder às necessidades da comunidade;

- b. sem prejuízo da observância do princípio anteriormente descrito, seria importante integrar princípios básicos de prevenção que têm sido identificados na investigação.
- c. é igualmente importante que um programa comunitário possa integrar componentes que a investigação mostrou serem mais eficazes;
- d. as intervenções teriam vantagem em ser concebidas para diferentes tipos de população e com uma duração adequada.

Referências

- Institute of Medicine (1994). *Reducing risks for mental disorders: Frontiers for preventive intervention research*. Washington, D. C.: National Academy Press.
- Lettieri, D. J., Sayers, M. e Pearson, H. W. (1984). *Theories on drug abuse: Selected contemporary perspectives*. National Institute on Drug Abuse, Research Monograph 30. DHHS Pub, No (ADM) 84-967. Washington, DC.
- MacKinnon, D. P. (1994) *Analysis of mediating variables in prevention and intervention research*. N.I.D.A. — Research Monograph Series, NIH Publication No 94-3631. Washington, DC.
- Negreiros, J (1994). *Drug misuse prevention projects in Europe*. Council of Europe — Co-operation Group to Combat Drug Abuse and Illicit Trafficking.